



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1010156-88.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Embargos À Execução - Nota Promissória**
 Embargante: **Aline Martins Pedro**
 Embargado: **Meiga Senhorita Boutique Ltda Me**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Trata-se de embargos à execução opostos por **Aline Martins Pedro**, qualificada nos autos, em face de **Meiga Senhorita Boutique Ltda Me**, com qualificação nos autos.

A embargante suscitou preliminar de ilegitimidade e litispendência. No mérito, aduziu, em síntese, que a assinatura constante do título executivo extrajudicial (nota promissória) que embasa a execução é falsa. Alega que através de uma simples comparação entre a assinatura aposta no instrumento procuratório e aquela apresentada na nota promissória pode verificar-se a falsidade a olho nu. Requer: a) a designação de perícia técnica; b) a extinção do processo de execução, tornando insubsistente a penhora; c) seja oficiado o Ministério Público para apuração de eventual conduta criminosa por parte da embargada; d) a condenação da exequente/embargada por litigância de má-fé.

Juntou documentos (fls. 09/19).

Decisão a fls. 20 determinou que o embargante emendasse a inicial, trazendo aos autos cópias das principais peças da ação executiva. Indeferiu-se, outrossim, o efeito suspensivo.

A embargada, em impugnação de fls. 24/29, alegou, em síntese,

1010156-88.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

que ao contrário do alegado pela embargante em sua defesa, o título executivo extrajudicial é legítimo e foi assinado pela embargante na sede da empresa e na presença da proprietária e das funcionárias à época dos fatos. Menciona a existência de conversas no aplicativo whatsapp entre as partes, que foram juntadas pela própria embargante nos autos 1003576-42.2017.8.26.0566, em trâmite perante o Juizado Especial Cível da Comarca de São Carlos. Esclarece que nessas conversas, a embargante "confessa" haver realizado compras na loja da embargada e apresenta cópias de comprovantes de pagamento afirmando que vinha fazendo depósitos dos valores devidos à época. Argumenta que pela simples leitura dos trechos retirados da inicial da embargante nos autos em questão, pode-se concluir que a embargante sempre efetuou altos gastos com roupas e não conseguiu mais honrar seus compromissos e, diante disso, ingressou com ações a fim de tentar renegociar ou até mesmo deixar de pagar as suas dívidas, alegando inclusive suposta falsificação de assinatura. Batalha pela improcedência dos embargos e a condenação da embargante por litigância de má-fé.

Juntou documentos (fls. 31/53).

A fls. 58/62 a embargada apresentou impugnação à concessão dos benefícios da gratuidade de justiça.

Documentos a fls. 63/77.

Réplica a fls. 78/82.

Decisão saneadora a fls. 83/84 afastou a preliminar de litispendência e determinou a realização de prova pericial.

A fls. 85/86 foi proferida decisão, em complementação à decisão saneadora de fls. 83/84 em que foi rejeitada a impugnação aos benefícios da gratuidade de justiça formulada pela embargada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A fls. 97 a embargada pleiteia o deferimento dos benefícios do art. 139, IV do NCPC e colacionou aos autos documentos fls. 98/102.

Decisão a fls. 103 indeferiu o pedido de fls. 96/97 e concedeu permissão para o pagamento dos honorários periciais em duas parcelas.

Em manifestação a fls. 106/109, a embargada reiterou o pedido de gratuidade de justiça.

Decisão a fls. indeferiu o pedido e determinou o recolhimento dos honorários do perito, em 5 dias, sob pena de preclusão de prova.

Certidão a fls. 115 noticiou a ausência de pagamento dos honorários.

Decisão a fls. 116 declarou preclusa a prova pericial, encerrou a fase de instrução e concedeu o prazo comum de quinze dias para alegações finais.

Alegações finais da embargada a fls. 131/132. A embargante não as apresentou.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

A preliminar de litispendência e a impugnação aos benefícios da gratuidade de justiça já foram analisadas, respectivamente, a fls.83/84 e 85/86.

No mérito, procedem os embargos.

A embargante opôs embargos à execução, pleiteando a extinção da execução, aduzindo, em síntese, a falsidade do título executivo extrajudicial (nota promissória), sob o argumento de que não assinou aquele documento.

No caso vertente, o suposto documento fraudado foi juntado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pela exequente embargada. Era dela, portanto, o ônus da prova da veracidade da assinatura, a teor do que reza o artigo 429, II do Novo Código de Processo Civil.

"Art. 429. Incumbe o ônus da prova quando:

I – se tratar de falsidade de documento ou de preenchimento abusivo, à parte que a arguir;

II – se tratar de impugnação de autenticidade, à parte que produziu o documento".

Determinada, contudo, a realização da perícia grafotécnica com o adiantamento do depósito dos honorários periciais pela exequente embargada, ela deixou fluir os prazos assinalados sem a providência, dando ensejo à preclusão dessa prova (cf. fls.116).

Nesse contexto, admite-se como verídica a alegação da embargante de que não é sua a assinatura no título executivo extrajudicial (nota promissória).

Nesse sentido é decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. Contrato bancário. Alegação de falsidade da assinatura dos embargantes. Preclusão da prova pericial. Falsidade. Reconhecimento. Inviabilidade do prosseguimento da execução em face dos embargantes. Recurso não provido, com a majoração da verba honorária. (TJSP; Apelação 1028862-70.2014.8.26.0002; Relator (a): Gilberto dos Santos; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 22/03/2018; Data de Registro: 26/03/2018).

De se reconhecer, nesse contexto, a invalidez e inexigibilidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

da obrigação assumida na nota promissória.

Pelo exposto, julgo procedentes os embargos à execução e extinta a execução nº 1005938-17.2017.8.26.0566.

Sucumbente, condeno a embargada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir da publicação desta.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 12 de setembro de 2018.